



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

**Requerimento de Informação n° 9/2026**

Processo Número: **1739/2026** | Data do Protocolo: 04/02/2026 16:50:45



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3200350034003000330033003A004300, Documento assinado digitalmente conforme  
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, XVI, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, requeiro que se officie ao Senhor Renato Feder, Secretário da Educação do Estado de São Paulo, requisitando-lhe as informações a seguir.

O Governo do Estado de São Paulo tem promovido, sem amplo debate público, a implementação do modelo de escolas cívico-militares na rede estadual de ensino. Sob o pretexto de promover disciplina e melhorar indicadores escolares, esse modelo tem sido alvo de críticas por parte de especialistas da área de educação, sindicatos, comunidade escolar e parlamentares, por sua baixa efetividade pedagógica, falta de transparência e substituição da formação docente por práticas de comando e adestramento.

Mais recentemente, reportagens revelaram erros graves de ortografia cometidos por agentes militares em sala de aula, como o uso do termo “descancar” em substituição a “descansar” — o que escancara o despreparo técnico desses profissionais para a atuação pedagógica. Esses casos colocam em risco o direito à aprendizagem dos estudantes, especialmente aqueles da rede pública que mais precisam de apoio qualificado.

Embora as escolas cívico-militares concentrem o foco deste requerimento, vale destacar que a desorganização técnico-pedagógica da política educacional do atual governo também se manifesta em outras frentes. Exemplo disso foi a distribuição de material didático com erro grosseiro sobre a data da Segunda Guerra Mundial, erroneamente posicionada na década de 1950 — fato que gerou repúdio público e questionamentos legais. Isso apenas reforça a ausência de rigor e responsabilidade na condução da educação no estado.

Diante do exposto, requeiro as seguintes informações:

1. Quais os critérios adotados pela Secretaria da Educação para permitir que agentes militares, sem formação docente, atuem diretamente com estudantes dentro das escolas estaduais sob o modelo cívico-militar?
2. Há algum tipo de certificação ou formação pedagógica mínima exigida desses agentes antes de sua designação para o ambiente escolar? Em caso afirmativo, solicita-se o conteúdo programático e carga horária da formação.
3. Quais medidas foram tomadas em relação ao episódio no qual um agente militar cometeu erro ortográfico grosseiro em sala de aula? Houve apuração, responsabilização e retratação pública?
4. Qual é o protocolo de supervisão pedagógica das escolas cívico-militares? A Secretaria acompanha as atividades realizadas em sala de aula, os conteúdos ministrados e a qualidade da linguagem empregada pelos militares?
5. Existe plano de avaliação comparativa entre escolas cívico-militares e escolas regulares da rede estadual em relação a desempenho em Língua Portuguesa, Matemática e outros indicadores pedagógicos?
6. A Secretaria disponibiliza canais específicos para denúncia de abusos, falhas pedagógicas, desinformação ou assédio nas unidades escolares sob modelo cívico-militar? Como se dá o acolhimento e apuração dessas denúncias?





7. Qual é o custo por unidade escolar da implantação do modelo cívico-militar, incluindo remuneração de militares, logística, formação e supervisão?

### **JUSTIFICATIVA**

O modelo de escolas cívico-militares, em vez de representar um avanço educacional, tem se mostrado um atalho perigoso que substitui a pedagogia pela obediência cega. Relatos crescentes de despreparo, imposição autoritária e erros de conteúdo por parte de agentes militares em sala de aula — como o uso incorreto de palavras simples da Língua Portuguesa — revelam o desmonte silencioso da escola pública como espaço de saber, reflexão e inclusão.

A educação não se faz com farda, mas com formação. Não se constrói cidadania com comandos, mas com leitura crítica, valorização cultural e respeito ao conhecimento. Os casos denunciados publicamente não são exceções: são sintomas de uma política educacional que aposta na substituição da ciência por improviso, da pedagogia por propaganda.

Ainda que os erros em materiais didáticos distribuídos fora do âmbito das escolas cívico-militares não estejam diretamente vinculados a este modelo, eles refletem o mesmo problema de fundo: a falta de critério, controle e seriedade na política educacional conduzida atualmente pelo Governo do Estado.

Portanto, o presente requerimento busca obter informações detalhadas e cobrar responsabilidade da Secretaria da Educação diante de uma política que expõe estudantes a constrangimentos, desinformação e práticas autoritárias. Defender a escola pública é defender o futuro do Estado de São Paulo.

**Rômulo Fernandes**



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200370036003200340034003A005000

Assinado eletronicamente por **Rômulo Fernandes** em 04/02/2026 14:16

Checksum: **217C99439FBCD13EA49F8348D7C86D17A2BC0BDD00FD9EB270C9CCDAEF9283B8**

